

Energia dos Ventos I S.A

**Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Energia dos Ventos I S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Energia dos Ventos I S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		15.645	8.579
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	3.580
Investimento de curto prazo	5	12.926	-
Títulos e valores mobiliários	6	731	3.686
Contas a receber de clientes	7	1.540	877
Mútuo a receber - partes relacionadas	13.1	401	378
Outros ativos		43	58
Não circulante		129.774	121.657
Títulos e valores mobiliários	6	4.380	-
Imobilizado	8	125.298	121.556
Intangível		96	101
Total do ativo		145.419	130.236
		31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		18.383	15.463
Empréstimos e financiamentos	10	3.530	2.430
Arrendamentos		22	-
Fornecedores	9	292	2.210
Salários, férias e encargos sociais		145	19
Impostos e contribuições sociais a recolher		238	147
Provisões de constituição de ativos		26	252
Mútuo a pagar - partes relacionadas	13.1	14.124	10.344
Outros passivos		6	61
Não circulante		68.142	71.765
Empréstimos e financiamentos	10	60.566	52.440
Arrendamentos		1.471	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.1	-	17.757
Provisão para desmobilização	12	6.105	1.568
Patrimônio líquido		58.894	43.008
Capital social	14	60.098	47.831
Prejuízos acumulados		(1.204)	(4.823)
Passivo e patrimônio líquido		145.419	130.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	12.815	11.578
Custos operacionais			
Compra de energia		(14)	-
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(174)	(106)
Custos dos serviços prestados		(1.804)	(984)
Depreciação e amortização		(5.214)	(4.265)
	16	(7.206)	(5.355)
Lucro bruto		5.609	6.223
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(460)	(265)
Pessoal		(527)	(536)
Depreciação e Amortização		(73)	(7)
	16	(1.060)	(808)
Lucro antes do resultado financeiro		4.549	5.415
Despesas financeiras	17	(5.644)	(5.184)
Receitas financeiras	17	422	359
		(5.222)	(4.825)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(673)	590
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(531)	(470)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.204)	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.204)	120
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.204)	120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	47.831	(4.943)	42.888
Lucro líquido do exercício	-	120	120
Saldos em 31 de dezembro de 2018	47.831	(4.823)	43.008
Aumento de capital	17.757		17.757
Redução de capital	(5.490)	4.823	(667)
Prejuízo do exercício	-	(1.204)	(1.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	60.098	(1.204)	58.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(673)	590
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		5.286	4.272
Encargos de dívidas empréstimos		4.358	4.948
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		896	-
Receita de aplicações financeiras		(268)	(246)
		9.599	9.564
Redução (aumento) no ativo			
Contas a receber de clientes		(663)	260
Impostos a recuperar		(72)	(47)
Outros ativos circulantes e não circulantes		15	1.032
		(720)	1.245
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(1.918)	1.858
Salários, férias e encargos sociais		126	(14)
Impostos e contribuições sociais a recolher		87	(19)
Provisões de constituição de ativos		-	(25)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(55)	2
		(1.760)	1.802
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro			
		(455)	(411)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		6.664	12.200
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		5.825	4.345
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(6.998)	(4.488)
Resgates em investimento de curto prazo		1.006	-
Aplicações em investimento de curto prazo		(13.916)	-
Mútuos concedidos - partes relacionadas	13.1	(23)	(378)
Provisões de constituição de ativos		(226)	-
Adições no imobilizado	8	(2.974)	(13.843)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			
		(17.306)	(14.364)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) de capital		(667)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		-	601
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados		11.145	-
Amortização de principal do financiamento		(2.539)	(6.486)
Amortização de pagamento de juros do financiamento		(3.738)	-
Amortização de principal do arrendamentos		(18)	-
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(187)	-
Mútuos recebidos - partes relacionadas	13.1	3.070	10.164
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
		7.066	4.279
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		(3.576)	2.115
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	3.580	1.465
Saldo no final do exercício	4	4	3.580
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
		(3.576)	2.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Energia dos Ventos I S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter onze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 23.100kW de capacidade instalada e 11.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.649, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.139 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Nota 11 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

Nota 12 - Provisões para desmobilização de ativos: reconhecimento de provisões para desmobilização de contrato de arrendamento.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

(A) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

(B) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

(i) Políticas contábeis

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, aluguel, entre outros, na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso foi mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do ativo e passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

(ii) Efeitos da transição

A Companhia aplica o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. A taxa de desconto aplicada foi de 9,26% a.a.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

(iii) Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 para os contratos de arrendamento existentes na data de adoção e os novos contratos, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu inicialmente R\$ 76 de contrato de arrendamento do imóvel administrativo e R\$ 1.436 de contrato de arrendamento das terras onde estão instalados os parques eólicos. Para fins de mensuração subsequente, foram registrados R\$ 13 de depreciação do direito de uso e R\$ 5 de despesas financeiras para arrendamentos do imóvel administrativo e R\$ 5 de depreciação do direito de uso e R\$ 182 de despesas financeiras para arrendamentos dos parques eólicos.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os

custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do

imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2019 é de R\$ 165,02 MH/h, (R\$ 159,06 MH/h em 2018) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa			
Bnaco conta movimento	-	2	5
Aplicações financeiras automáticas	2% do CDI	2	3.575
		4	3.580

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimento de curto prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de Investimento - STA Energia	12.926	-

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo STA Energia – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 95,62% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores mobiliários				
Aplicação pós fixada	BNDES	De 97,33% do CDI	4.380	2.960
Aplicação pós fixada	Debêntures - Windepar	De 97,33% do CDI	731	726
			5.111	3.686
	Ativo circulante		731	3.686
	Ativo não circulante		4.380	-
			5.111	3.686

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A..

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	1.540	877

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de

perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	Transferências	31/12/2019
Em serviço							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	591	-	591	-	2.141	2.732
Máquinas e Equipamentos	4%	111.410	1.577	112.987	7.408	14.294	134.689
Móveis e Utensílios	6%	12	-	12	-	-	12
Direito de uso de arrendamento	22%	-	-	-	1.512	-	1.512
Em curso							
Móveis e Utensílios		43	-	43	-	-	43
A Ratear ¹		-	13.834	13.834	103	(11.473)	2.464
Sistema de Conexão e Transmissão		4.962	-	4.962	-	(4.962)	-
Total do custo do imobilizado		117.018	15.411	132.429	9.023	-	141.452
Depreciação							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(31)	(20)	(51)	(87)	-	(138)
Máquinas e Equipamentos		(6.575)	(4.245)	(10.820)	(5.127)	-	(15.947)
Móveis e Utensílios		(1)	(1)	(2)	(1)	-	(3)
Direito de uso de arrendamento		-	-	-	(66)	-	(66)
Total da depreciação		(6.607)	(4.266)	(10.873)	(5.281)	-	(16.154)
Total do imobilizado líquido		110.411	11.145	121.556	3.742	-	125.298

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de valor recuperável do ativo imobilizado.

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e Serviços	292	2.210

10 Empréstimos e financiamentos

Os saldos de financiamentos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES nº 15.2.0778.1	15/10/2032	TJLP+2,18%	164	2.537	2.701	2.430	50.044	52.440
BNDES nº 19.2.0598.1	15/10/2032	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	8	821	829	-	10.522	-
			172	3.358	3.530	2.430	60.566	52.440

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e

controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 57.990, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de Dezembro de 2019 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos II S.A., é de R\$ 14.700, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2019, o ICSD Consolidado foi cumprido.

a. As movimentações de financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019
BNDES	56.588	4.768	(2.095)	(4.391)	54.870	11.145	4.358	(2.539)	(3.738)	64.096

b. As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2021	2022	2023	2024	Após 2025	Dívida Total
3.622	3.833	4.062	4.308	44.741	60.566

11 Provisão para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda.

12 Provisões para desmobilização de ativos

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 6.105 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2018).

A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado (Nota explicativa 8).

13 Partes relacionadas

13.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Mútuo a receber - Windepar Holding S.A	401	378
	<u>401</u>	<u>378</u>
Passivo circulante		
Mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	14.124	10.344
AFAC - Windepar Holding S.A	-	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	16	-
	<u>14.140</u>	<u>10.344</u>
Passivo não circulante		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	46	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	-	17.757
	<u>46</u>	<u>17.757</u>

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Juros sobre mútuo a receber - Windepar Holding S.A	23	54
	<u>23</u>	<u>54</u>
Despesas		
Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	710	180
	<u>710</u>	<u>180</u>

Em 28 de fevereiro de 2019 e 13 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de mútuo entre a acionista Windepar Holding S.A., nos valores de R\$ 1.925 e R\$ 3.117 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico, com vencimento em julho de 2020. Os contratos são remunerados a 110% da CDI a.a.

Entre janeiro e dezembro de 2019 a Companhia integralizou os valores de AFAC.

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

13.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	57.990	52.745
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	14.700	11.419

13.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 15 de fevereiro de 2019 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, aumentou o seu capital social de R\$ 47.831 para R\$ 65.588 mediante a emissão de 17.757 (17.757 milhões) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 9 de abril de 2019 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziu o seu capital social de R\$ 65.688 para R\$ 60.098, por meio de absorção do prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 4.823 e por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 667.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 65.588 (R\$ 47.831 em 31 de dezembro de 2018) dividido em 65.587.835 (sessenta e cinco milhões, quinhentas e oitenta e sete mil, oitocentas e trinta e seis) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Windepar Holding S.A.	65.587.835	99,99	47.830.835	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	<u>65.587.836</u>	<u>100,00</u>	<u>47.830.836</u>	<u>100,00</u>

15 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - ambiente regulado	13.276	12.102
Ajuste positivo CCEE	99	(24)
	<u>13.375</u>	<u>12.078</u>
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(87)	(79)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(401)	(362)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(72)	(59)
	<u>(560)</u>	<u>(500)</u>
Receita operacional líquida	<u>12.815</u>	<u>11.578</u>

16 Custos e despesas operacionais

	31/12/2019		31/12/2018	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(174)	-	(106)	-
Doações, contribuições e subvenções	(12)	-	(10)	-
	<u>(186)</u>	<u>-</u>	<u>(116)</u>	<u>-</u>
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(14)	-	-	-
Seguros	(137)	-	(61)	-
Aluguéis	-	(6)	(192)	(40)
Pessoal	(362)	(527)	(169)	(536)
Material	(29)	(3)	(23)	(5)
Serviços de Terceiros	(1.192)	(449)	(514)	(215)
Outros	(72)	(3)	(15)	(5)
	<u>(1.806)</u>	<u>(988)</u>	<u>(974)</u>	<u>(801)</u>
Depreciação e Amortização	<u>(5.214)</u>	<u>(72)</u>	<u>(4.265)</u>	<u>(7)</u>
	<u>(7.206)</u>	<u>(1.060)</u>	<u>(5.355)</u>	<u>(808)</u>

17 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	399	304
Outros	23	55
Total	422	359
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.358)	(4.948)
Outros	(1.286)	(236)
Total	(5.644)	(5.184)
Total Líquido	(5.222)	(4.825)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Recebimento Clientes e Ajuste positivo CCEE	13.375	13.375	12.078	12.078
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	1.070	1.605	966	1.449
Receita financeira	422	422	359	359
	1.492	2.027	1.325	1.808
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
	349	182	307	163
Outros ajustes	-	-	-	-
Total dos tributos correntes	349	182	307	163
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(673)		590	
Alíquota efetiva	-78,95%		79,67%	

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	2	2	5	5	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2	2	3.575	3.575	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	12.926	12.926	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	5.111	5.111	3.686	3.686	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.540	1.540	877	877	-	Custo amortizado
	19.581	19.581	8.143	8.143		
Passivo						
Fornecedores	292	292	2.210	2.210	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	64.096	64.096	54.870	54.870	-	Custo amortizado
	64.388	64.388	57.080	57.080		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Capital circulante líquido negativo

A Companhia continua realizando pagamentos que estavam programados, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Empréstimos e mútuos, por esse motivo, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$2.738 (R\$ 6.884 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		1,78%	3,47%	4,63%	5,78%	6,94%	
Investimento de curto prazo	CDI	12.926	230	448	598	747	897
Títulos e Valores mobiliários	CDI	5.111	91	177	236	295	355

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,79%	4,18%	5,57%	6,96%	8,36%
BNDIS	TJLP +	52.745	2.651	3.401	4.152	4.902	5.653
			2,01%	3,02%	4,03%	5,03%	6,04%
BNDIS	IPCA	11.351	423	539	656	772	888

20 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 233 em 31 de dezembro 2019 e R\$ 98 em 31 de dezembro de 2018.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	208.899	101	10/12/2020
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2020
Total	213.899	103	

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
Contadora - CRC 1SP237063/O-2